

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	16
5.4 - Programa de Integridade	19
5.5 - Alterações significativas	23
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	24

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	49
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 e reformada em 8 de abril de 2020 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria Executiva da Companhia.

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem como objetivo principal estabelecer os princípios, as diretrizes e também as responsabilidades a serem observados pela Companhia em seu processo de gerenciamento dos riscos, de forma a possibilitar a correta identificação, avaliação, cadeia de prioridades de tratamento, o monitoramento constante e a eficaz comunicação dos riscos, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia se baseou nas determinações previstas: (i) no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de 3 de outubro de 2017; (ii) na Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017; (iii) na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009; (iv) nas Diretrizes do COSO - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Integrado com Estratégia e Performance, editado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO); (v) no Estatuto Social da AMBIPAR; (vi) no Manual de Governança do Grupo AMBIPAR; e (vii) no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações. Os riscos são classificados pela política de gerenciamento de riscos da seguinte forma:

- Riscos Estratégicos: estão relacionados com possibilidade de ser implementada uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos;
- Riscos Financeiros:
  - Riscos Ligados ao Mercado: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças na política e comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;
  - Riscos Ligados ao Crédito: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas resultantes da incerteza quanto aos recebimentos de valores contratados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos;
  - Riscos Ligados a Liquidez: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de realização de uma transação em tempo pactuado e perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descompasso entre os ativos e passivos;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Riscos operacionais: são aqueles que decorrem da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos, ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia. Decorrem também de falhas na operacionalização e mensuração da manutenção das prestações de serviços ou operação de dimensionamento das necessidades confrontadas com custos e margens operacionais, impossibilidade de montagem de equipamentos, transporte e acondicionamento de máquinas para execução dos serviços contratados, estrutura inadequada da contratante para operacionalização dos serviços;
- Riscos Legais, Regulatórios e de Compliance: são aqueles riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas, inclusive ambientais. Incluem os riscos no âmbito de processos trabalhistas e de questões tributárias, de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção, entre outros;
- Riscos Políticos: são aqueles relacionados a mudanças políticas, crises globais e imprevistos econômicos;
- Riscos Tecnológicos: são os riscos de novas tecnologias entrantes que não sejam de domínio das empresas da Companhia e que podem de alguma forma ser assimiladas de forma mais rápida pelo mercado, trazendo desvantagens econômicas e ecológicas que impactem nos negócios atuais; e
- Riscos Socioambientais: são aqueles relacionados a riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Em linha com as melhores práticas, o processo de gestão de Riscos é formado pelas seguintes etapas:

#### a) Disposição a risco e delimitação de limites de riscos aceitáveis

A disposição a riscos da Companhia está alinhada com a missão, a visão, os valores fundamentais e a estratégia adotada, refletindo os limites de riscos aceitáveis pela Companhia. Estes limites são propostos pelo documento elaborado pela Diretoria Executiva para o Planejamento, Controle e Riscos Corporativos ("PCRC"), recomendados pelos Comitês de Auditoria e de Conduta e aprovados pelo Conselho de Administração, e devem estar associados ao grau de exposição de riscos que a Companhia está disposta a aceitar para atingir seus objetivos estratégicos e criar valor para os acionistas.

#### b) Identificação de Riscos e Eventos

A identificação de riscos e eventos na Companhia ocorre de maneira estruturada, em linha com as estratégias de negócio do grupo, por meio de fontes internas e externas, descritas abaixo.

- Fontes internas: Periodicamente os principais executivos, os Proprietários de Risco, Colaboradores responsáveis pelas funções relacionada a Riscos e auditores internos serão entrevistados pelo Comitê de Conduta para identificação de tendências a novos riscos;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Fontes externas: Periodicamente, serão consultados e/ou entrevistados os auditores externos, órgãos reguladores, o próprio mercado, governo, mídia e demais partes interessadas.

### c) Avaliação de Riscos

Os responsáveis diretos pela gestão dos riscos associados às suas operações, bem como pela execução dos controles e implementação de medidas corretivas para o devido tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta ("Proprietários do Risco"), com orientações do PCRC, devem identificar e avaliar os riscos em suas operações pelo seu impacto e probabilidade de ocorrência.

Verificado o risco, os Proprietários do Risco devem encaminhar reporte ao Comitê de Auditoria, que avaliará o risco utilizando-se de metodologias de mensuração quantitativa e/ou qualitativa.

Quanto ao impacto, os riscos serão classificados em quatro níveis - Baixo, Médio, Elevado e Extremo - considerando as seguintes definições:

- **Impacto quantitativo**: medido pelo impacto potencial em valores financeiros;
- **Impacto qualitativo**: medido pelo impacto potencial em reputação, operação e meio ambiente. Quanto à probabilidade, devem ser classificados segundo a seguinte escala: remota, possível, provável ou muito provável, envolvendo a análise das causas, frequência e fontes de risco.

GRAU DE IMPACTO	EXTREMO				<b>RISCO Y</b>
	ELEVADO	<b>RISCO Z</b>			
	MEDIO			<b>RISCO X</b>	
	BAIXO				
		REMOTA	POSSÍVEL	PROVÁVEL	MUITO PROVÁVEL
<b>PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA</b>					

A definição do tratamento a ser dado aos riscos identificados baseia-se no seu grau de exposição (nível do risco) e natureza de risco. O grau de exposição será classificado como "Baixo", "Médio", "Elevado" ou "Extremo".

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A probabilidade de ocorrência é definida de acordo com os tipos e características de riscos definidas no quadro abaixo:

REMOTA	Risco de baixo impacto e frequência, dispensando monitoramento constante
POSSÍVEL	Riscos de menor criticidade dado o menor nível de impacto do negócio. Foca-se em definir níveis aceitáveis de perda por evento e limites de competência. Contrato de seguros contra tais riscos.
PROVÁVEL	Riscos esporádicos de baixa frequência e alto impacto. Demandam monitoramento constante e plano de contingência para mitigar danos em caso de ocorrência.
MUITO PROVÁVEL	Riscos inaceitáveis que demandam ação gerencial prioritária para eliminar componentes de risco e reduzir severidade ou frequência.

### d) Priorização e tratamento

Após a avaliação dos riscos, é possível compará-los de maneira relativa quanto aos níveis de impacto e probabilidade atribuídos e priorizar seus planos de ação. O tratamento dos riscos envolve a escolha de uma das alternativas listadas abaixo:

- Eliminar o risco;
- Diminuir o risco;
- Transferir o risco; e
- Aceitar o risco.

### e) Monitoramento

O PCRC deve acompanhar continuamente e documentar o desempenho dos indicadores de riscos, bem como os seus limites, e supervisionar a implementação e manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável. Os riscos priorizados serão discutidos, acompanhados e divulgados bimestralmente pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Conduta e pelo Conselho de Administração.

### f) Comunicação e consulta

Os processos de comunicação e consulta devem permear todo o grupo AMBIPAR e visam compartilhar e fornecer informações para o gerenciamento contínuo de riscos, a exemplo da matriz de riscos, que é a ferramenta utilizada pela Companhia para apresentar visualmente os resultados do processo de avaliação de riscos de maneira significativa e concisa.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a “Matriz de Risco” ou *heat map*, ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos conforme seu grau de impacto, quantitativo e qualitativo, e probabilidade de ocorrência. Com base no monitoramento

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

da Matriz de Risco, são implementados procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- O **Conselho de Administração**, responsável por, dentre outras atribuições:
  - i. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
  - ii. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, que prevê detalhadamente as funções do comitê, bem como seus procedimentos operacionais;
  - iii. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia;
  - iv. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;
  - v. Monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, com apoio dos Comitês de Auditoria e de Conduta;
  - vi. Aprovar o nível de Disposição a Risco da Companhia na condução de seus negócios;
  - vii. Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
  - viii. Conscientizar e cobrar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes aos Administradores e Colaboradores da Companhia.
- A **Diretoria Executiva**, tem sob sua responsabilidade também o PCRC e objetiva dentro da gestão de riscos corporativos:
  - i. Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
  - ii. Aprovar normas, grau de disposição a riscos específicos propostos pela PCRC;
  - iii. Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (identificar, avaliar e tratar);
  - iv. Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;
  - v. Informar à área de Gestão de Riscos Corporativos e ao Comitê de Auditoria sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
  - vi. Atuar como responsável pelo gerenciamento de riscos corporativos, incluindo sua avaliação, consolidação e priorização dos planos de ação, aplicando medidas corretivas e punitivas quando necessário;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- vii. Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a risco da Companhia;
  - viii. Exercer papel consultivo junto aos Proprietários dos Riscos, apoiando-os na identificação e tratamento;
  - ix. Ser responsável final pelo gerenciamento de riscos da Companhia;
  - x. Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais que garantam o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de riscos;
  - xi. Integrar as atividades de gerenciamento de riscos com os ciclos de planejamento e a gestão da Companhia;
  - xii. Desenvolver e disponibilizar as ferramentas e metodologias existentes, sistemas legados, infraestrutura e governança necessárias para dar o suporte esperado a gestão do gerenciamento de Riscos;
  - xiii. Monitorar todos os eventos ligados a riscos relevantes e avaliar os respectivos desvios em relação a disposição dos riscos pré-existentes, estabelecidos e aprovados; e
  - xiv. Reportar os riscos de seu conhecimento classificados como críticos e respectivas exposições para o Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria.
- O **Comitê de Auditoria**, vinculado ao Conselho de Administração possui autonomia operacional e orçamentária e regulamento interno próprio, aprovado em 17 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é responsável por, dentre outras atribuições:
    - i. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, incluindo as relacionadas a:
      - Demonstrações financeiras;
      - Implementação do programa de compliance;
      - Transações com partes relacionadas e demais operações financeiras relevantes; e
      - Auditoria interna.
    - ii. Opinar na contratação e destituição de auditoria independente;
    - iii. Opinar e avaliar, sugerindo ao Conselho de Administração, melhorias aplicáveis a políticas e controles internos que representem melhoria de governança corporativa;
    - iv. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
    - v. Elaborar relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

- vi. Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

Ainda, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições específicas referente aos **riscos**:

- i. Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a riscos da Companhia;
- ii. Avaliar, monitorar e recomendar à Alta Administração a correção ou aprimoramento da Política de Gerenciamento de Riscos, incluindo as responsabilidades da administração e os processos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos;
- iii. Assegurar que a Política de Gerenciamento de Riscos e a estratégia de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia reflitam a sua visão;
- iv. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações;
- v. Revisar a eficácia dos processos de controle, especialmente em áreas com alto potencial de risco;
- vi. Receber e tratar as informações relacionadas às denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos e códigos internos;
- vii. Monitorar os eventuais problemas identificados, informando o Conselho de Administração e Diretoria Executiva e acompanhando a implementação da solução identificada;
- viii. Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao gerenciamento de riscos da Companhia;
- ix. Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, identificando questões críticas que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Referente aos **resultados e finanças**, o Comitê de Auditoria é responsável por acompanhar e informar ao Conselho de Administração sobre questões financeiras chave relacionadas à análise de risco financeiro e de mercado, tais como: exposições ao câmbio; aval em operações; nível de alavancagem; política de dividendos; emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos;



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em se tratando de **novos negócios**, o Comitê de Auditoria possui a atribuição de monitorar os riscos relacionados às novas oportunidades de negócios da Companhia.

- Cabe ao **Proprietário do Risco (risk owner)**, dentre outras atribuições:
  - i. Identificar, avaliar e encaminhar os eventos de risco em suas operações que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance da Companhia;
  - ii. Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos e verificar o impacto nos riscos sob sua responsabilidade, e avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;
  - iii. Reportar ao Comitê de Auditoria todos os eventos de riscos identificados em suas operações;
  - iv. Buscar aconselhamento da Diretoria Executiva e/ou do Comitê de Auditoria sobre controles de riscos corporativos, sempre que identificar novos riscos ou qualquer alteração nos riscos já reportados;
  - v. Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e defectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
  - vi. Propor e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos;
  - vii. Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos de risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco estabelecido e aprovado, bem como dos respectivos planos de ação.
- Cabe à **Auditoria Interna**, dentre outras atribuições:
  - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
  - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança;
  - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
  - iv. Reportar as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria;
  - v. Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente;
  - vi. Supervisionar programas de treinamento e conscientização de riscos; e
  - vii. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

### (c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

O Comitê de Auditoria realiza a avaliação da efetividade do modelo de gestão de riscos e a supervisão das atividades relativas ao processo de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia, e faz suas recomendações de soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

As pessoas envolvidas em cada área possuem competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos. Ainda, a área de Auditoria Interna aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua Política de Gerenciamento de Riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

O Conselho de Administração da Companhia declara que a área de Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 e reformada em 8 de abril de 2020 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria Executiva da Companhia.

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo principal estabelecer os princípios, as diretrizes e também as responsabilidades a serem observados pela AMBIPAR no processo de gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, de forma que possibilitem a correta identificação, avaliação, cadeia de prioridades de tratamento, o monitoramento constante e a eficaz comunicação dos riscos, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

#### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, os riscos ligados ao mercado são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças na política e comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços da commodities.

Conforme descrito no item 4.2, a Companhia busca proteção, especialmente, para os riscos:

- (a) de taxa de juros, o qual decorre da parcela da dívida referenciada à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia e suas controladas está atrelada às taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
- (b) de taxa de câmbio, o qual decorre da contratação de empréstimo em dólar, na qual há a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzem os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

#### (ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como hedge natural. A operação de hedge da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira, uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

#### (iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia utiliza, atualmente, swap cambial para proteção patrimonial de seus contratos em moeda estrangeira.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A administração de riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em confrontação com as taxas vigentes no mercado.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- O **Conselho de Administração**, responsável por, dentre outras atribuições:
  - i. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
  - ii. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta da Companhia, que prevê detalhadamente as funções do comitê, bem como seus procedimentos operacionais;
  - iii. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta da Companhia;
  - iv. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;
  - v. Avaliar periodicamente a eficiência da estrutura e o orçamento da Auditoria Interna;
  - vi. Monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, com apoio do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta;
  - vii. Aprovar o nível de disposição a risco da Companhia na condução de seus negócios;
  - viii. Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
  - ix. Conscientizar e cobrar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes aos Administradores e Colaboradores da Companhia.
- A **Diretoria Executiva**, tem sob sua responsabilidade também o PCRC e objetiva dentro da gestão de riscos corporativos:
  - xv. Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
  - xvi. Aprovar normas, grau de disposição a riscos específicos propostos pela PCRC;
  - xvii. Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (identificar, avaliar e tratar);

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

- xviii. Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;
  - xix. Informar ao Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
  - xx. Atuar como responsável pelo gerenciamento de riscos corporativos, incluindo sua avaliação, consolidação e priorização dos planos de ação, aplicando medidas corretivas e punitivas quando necessário;
  - xxi. Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a risco da Companhia;
  - xxii. Exercer papel consultivo junto aos Proprietários dos Riscos, apoiando-os na identificação e tratamento;
  - xxiii. Ser responsável final pelo gerenciamento de riscos da Companhia;
  - xxiv. Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais que garantam o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de riscos;
  - xxv. Integrar as atividades de gerenciamento de riscos com os ciclos de planejamento e a gestão da Companhia;
  - xxvi. Desenvolver e disponibilizar as ferramentas e metodologias existentes, sistemas legados, infraestrutura e governança necessárias para dar o suporte esperado a gestão do gerenciamento de Riscos;
  - xxvii. Monitorar todos os eventos ligados a riscos relevantes e avaliar os respectivos desvios em relação a disposição dos riscos pré-existentes, estabelecidos e aprovados; e
  - xxviii. Reportar os riscos de seu conhecimento classificados como críticos e respectivas exposições para o Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria.
- O **Comitê de Auditoria**, vinculado ao Conselho de Administração possui autonomia operacional e orçamentária e regulamento interno próprio, aprovado em 17 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é responsável por, dentre outras atribuições:
    - i. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, incluindo as relacionadas a:
      - Demonstrações financeiras;
      - Implementação do programa de compliance;
      - Transações com partes relacionadas e demais operações financeiras relevantes; e
      - Auditoria interna.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

- ii. Opinar na contratação e destituição de auditoria independente;
- iii. Opinar e avaliar, sugerindo ao Conselho de Administração, melhorias aplicáveis a políticas e controles internos que representem melhoria de governança corporativa;
- iv. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- v. Elaborar relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- vi. Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

Ainda, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições específicas referente aos **riscos**:

- i. Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a riscos da Companhia;
- ii. Avaliar, monitorar e recomendar à Alta Administração a correção ou aprimoramento da Política de Gerenciamento de Riscos, incluindo as responsabilidades da administração e os processos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos;
- iii. Assegurar que a Política de Gerenciamento de Riscos e a estratégia de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia reflitam a sua visão;
- iv. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações;
- v. Revisar a eficácia dos processos de controle, especialmente em áreas com alto potencial de risco;
- vi. Receber e tratar as informações relacionadas às denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos e códigos internos;
- vii. Monitorar os eventuais problemas identificados, informando o Conselho de Administração e Diretoria Executiva e acompanhando a implementação da solução identificada;
- viii. Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao gerenciamento de riscos da Companhia;
- ix. Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, identificando questões críticas que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios,

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Referente aos **resultados e finanças**, o Comitê de Auditoria e é responsável por acompanhar e informar ao Conselho de Administração sobre questões financeiras chave relacionadas à análise de risco financeiro e de mercado, tais como: exposições ao câmbio; aval em operações; nível de alavancagem; política de dividendos; emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos;

Em se tratando de **novos negócios**, o Comitê de Auditoria possui a atribuição de monitorar os riscos relacionados às novas oportunidades de negócios da Companhia.

- Cabe ao **Proprietário do Risco (risk owner)**, dentre outras atribuições:
  - i. Identificar, avaliar e encaminhar os eventos de risco em suas operações que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance da Companhia;
  - ii. Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos e verificar o impacto nos riscos sob sua responsabilidade, e avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;
  - iii. Reportar ao Comitê de Auditoria todos os eventos de riscos identificados em suas operações;
  - iv. Buscar aconselhamento da Diretoria Executiva e/ou do Comitê de Auditoria sobre controles de riscos corporativos, sempre que identificar novos riscos ou qualquer alteração nos riscos já reportados;
  - v. Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e defensivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
  - vi. Propor e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos;
  - vii. Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos de risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco estabelecido e aprovado, bem como dos respectivos planos de ação.
- Cabe à **Auditoria Interna**, dentre outras atribuições:
  - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
  - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como mantê-las uma margem prática e relevante de segurança;
  - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
  - iv. Reportar as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria;
  - v. Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

- vi. Supervisionar programas de treinamento e conscientização de riscos; e
- vii. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além das estruturas e atribuições descritas acima, a Companhia conta com a atuação de sua Diretoria Adjunta, que é responsável por executar as atividades relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia. A Diretoria Adjunta tem suas atribuições aprovadas pelo Diretor Presidente e não acumula atribuições operacionais, de modo a garantir sua independência e autonomia.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Considerando o acima exposto, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada para verificação da efetividade da política adotada.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### (a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As práticas de controles internos adotadas pela Companhia estão de acordo com a complexidade de seus negócios e atividades e visam garantir (i) o atendimento à legislação e regulamentos aplicáveis, em especial os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e (ii) a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia.

Para tanto, a Companhia adota diretrizes a serem atendidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras, desgaste da reputação institucional e cumprir com as regulamentações existentes.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Companhia possui área de Auditoria Interna, que é responsável pela avaliação e controle interno da divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. A área de Auditoria Interna é supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Companhia, comitê de assessoramento cuja criação foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020.

As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Ademais, anualmente, os Auditores Independentes atuam na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras. Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria acompanha as atividades da área de Auditoria Interna e dos Auditores Independentes.

#### (b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- **Conselho de Administração:** dentre outras atribuições, é responsável por tomar as principais decisões com relação ao processo de gerenciamento dos controles internos da Companhia;
- **Diretoria Executiva:** dentre outras atribuições, é responsável por implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração no que diz respeito ao gerenciamento de riscos detectados através das atividades de controles internos;
- **Comitê de Auditoria:** dentre outras atribuições, é responsável por:
  - i. Acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna, reportando ao Conselho de Administração quando necessário;
  - ii. Avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos da Companhia; e
  - iii. Identificar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Auditoria Interna:** dentre outras atribuições, é responsável por:
  - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de controles internos da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
  - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como manter uma margem prática e relevante de segurança;
  - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
  - iv. Reportar as atividades de controles internos para o Comitê de Auditoria;
  - v. Buscar melhorias no processo de controles internos continuamente;
  - vi. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além das estruturas descritas acima, as atividades de controles internos da Companhia são executadas pela Diretoria Adjunta, responsável por gerir o bom funcionamento das estruturas e procedimentos envolvidos nos controles internos corporativos. Conforme mencionado no item 5.1.iii.b deste Formulário de Referência, a Diretoria Adjunta tem suas atribuições aprovadas pelo Diretor Presidente e não possui, entre suas atribuições, atividades operacionais, de modo a garantir sua independência e autonomia.

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O processo de controles internos relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste Formulário de Referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna. Ademais, os auditores independentes fazem o levantamento e avaliação dos processos internos de elaboração das demonstrações financeiras, associado aos seus trabalhos de avaliação dos controles internos e realização de procedimentos analíticos e substantivos para emitir o seu parecer.

Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O relatório circunstanciado do Auditor Independente não apontou deficiências materiais nos controles internos da Companhia e de suas controladas.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Não aplicável, haja vista que não constaram deficiências significativas nos apontamentos feitos pelo Auditor Independente da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com todas as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas de seu Programa de Compliance em seu Código de Conduta & Compliance ("Código de Conduta") documento aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020 e reformado em 08 de abril de 2020, em consonância com o propósito e os valores da Companhia. O referido documento reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Ademais, o Comitê de Conduta é a instância interna responsável por desempenhar as funções de compliance da Companhia, contando com autonomia para tomar decisões e implementar as ações requeridas para o correto funcionamento do Programa de Compliance da Companhia, além de autoridade para propor mudanças e correções necessárias em qualquer regra, procedimento, norma ou política da Companhia.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- (i) Definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber, o Código de Conduta, documento aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, que estabelece os valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia relaciona. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) princípios organizacionais; (ii) missão e valores; (iii) relação com o meio ambiente; (iv) ambiente de trabalho; (v) relacionamento com público externo; (vi) relacionamentos políticos; (vii) Comitê de Conduta; (viii) treinamentos; (ix) Canal de Ética; (x) consequências de violação; e (xi) medidas disciplinares.
- (ii) Treinamentos periódicos a todos os funcionários acerca das condutas, princípios e regras estabelecidos no Código de Conduta e demais normas e políticas do grupo AMBIPAR;
- (iii) Detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização do Canal de Ética da Companhia;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (iv) Monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, sendo que a reavaliação dos riscos ocorre anualmente;
- (v) Revisão periódica de suas políticas e procedimentos internos;
- (vi) Implementação de Comitê de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia e das demais empresas do grupo AMBIPAR; e
- (vii) Adoção de cláusulas anticorrupção em contratos firmados pela Companhia com terceiros e fornecedores.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O Comitê de Conduta, criado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, é responsável por definir e divulgar os valores e princípios éticos que orientam a conduta profissional da Companhia e de seus colaboradores. Cabe a este Comitê avaliar as ocorrências de violações dos princípios estabelecidos no Código de Conduta, determinar a ação corretiva mais adequada e reduzir a subjetividade de interpretações pessoais sobre os princípios que direcionam as atividades da Companhia.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e tem a atribuição de divulgar o conteúdo das políticas de integridade da Companhia, estimulando o respeito aos princípios éticos e os procedimentos de integridade.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

Sim, a Companhia possui o Código de Conduta.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código se aplica a todos os colaboradores, administradores, fornecedores, representantes, prestadores de serviços e parceiros comerciais da Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Periodicamente, a Companhia conduz treinamentos obrigatórios e outras iniciativas para a conscientização a todos os colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, ao menos uma vez por ano, princípios e regras estabelecidos no Código de Conduta e demais normas e políticas da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A inobservância dos princípios e preceitos estabelecidos pelo Código de Conduta, às leis, normas e outras políticas da Companhia poderão ensejar as seguintes medidas disciplinares, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal decorrentes das disposições legais aplicáveis: (i) advertência oral e por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho ou comercial (caso a violação tenha sido cometida por terceiro); e (iv) medidas legais relacionadas à ressarcimento dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020. O Código de Conduta pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [canaldeetica@ambipar.com](mailto:canaldeetica@ambipar.com).

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Sim, a Companhia possui o Canal de Ética, disponível através do e-mail [canaldeetica@ambipar.com](mailto:canaldeetica@ambipar.com).

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética da Companhia é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto aos colaboradores, fornecedores, clientes e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se com a confidencialidade dos relatos recebidos.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Conduta da Companhia, que analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo das denúncias recebidas.

**(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia realiza auditorias legais focadas na identificação de possíveis riscos advindos da realização de tal operação, como, por exemplo, o envolvimento da empresa-alvo e de seus sócios em investigações, processos administrativos ou judiciais.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

**administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta. Ademais, a Companhia aprovou em 17 de fevereiro de 2020, uma política de gerenciamento de riscos, em atendimento às regras do Novo Mercado.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as informações financeiras trimestrais revisadas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019, e demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, consequentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

#### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Oferecemos diversos produtos e serviços, além de oferecermos tecnologias de ponta e atuarmos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Elaboramos projetos específicos para cada cliente, visando à implementação de novas tecnologias e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os, sempre que possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da economia circular (isto é, ao reincorporar os resíduos aos processos produtivos, os clientes melhoram seus índices de sustentabilidade, poupando recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações).

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O modelo de negócios da Companhia, sustentado por uma plataforma capaz de ofertar serviços integrados e complementares, permite que a Companhia consiga atingir taxas de crescimento e oferecer o retorno sobre o capital investido. Em 2019, a Companhia apresentou crescimento total de 29,8% em ambos segmentos de atuação – Ambipar Response e Ambipar Environment – atingindo um EBITDA consolidado de R\$ 131.975 mil em comparação a R\$ 101.668 mil em 2018.

#### Principais Indicadores financeiros

Apresentamos abaixo tabela contendo o índice de alavancagem, nosso principal indicador financeiro, nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2020 e nos três últimos exercícios sociais:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Período de três meses findo em	Exercícios sociais encerrados em		
(em R\$ mil)	31/03/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida Bruta	362.079	320.682	201.110	108.319
(-) Caixa e equivalentes de caixa	69.205	77.639	21.834	27.205
Dívida Líquida	292.874	243.043	179.276	81.114
EBITDA <sup>1</sup>	40.231	131.975	101.668	47.405
EBITDA Anualizado <sup>2</sup>	141.673	-	-	-
Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA)	2,07x	1,84x	1,76x	1,71x

<sup>1</sup> O EBITDA não é uma medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores informações sobre nossos cálculos de EBITDA, vide item 3.2(a) deste Formulário de Referência.

<sup>2</sup> Refere-se ao período de 01.04.2019 a 31.03.2020.

Maiores detalhes sobre a evolução do índice de alavancagem da Companhia estão descritas no item (b) abaixo.

**(b) Estrutura de Capital**

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia apresentou nos três últimos exercícios sociais uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
<b>Capital de terceiros (empréstimos e financiamentos)</b>	<b>362.079</b>	<b>195.581</b>	<b>320.682</b>	<b>201.110</b>	<b>108.319</b>
Empréstimos e financiamentos – circulante	88.869	67.131	70.520	69.631	38.776
Debêntures – circulante	1.699	1.220	1.745	1.247	-
Empréstimos e financiamentos – não circulante	168.976	120.016	145.595	122.718	60.726
Debêntures – não circulante	102.535	7.214	102.822	7.514	8.817
<b>Capital próprio (patrimônio líquido)</b>	<b>233.250</b>	<b>192.579</b>	<b>208.997</b>	<b>181.585</b>	<b>139.994</b>
<b>Capital empregado (terceiros + próprio)</b>	<b>595.329</b>	<b>388.160</b>	<b>529.679</b>	<b>382.695</b>	<b>248.313</b>
Parcela de capital de terceiros	60,8%	50,4%	60,5%	52,6%	43,6%
Parcela de capital próprio	39,2%	49,6%	39,5%	47,4%	56,4%

O total de capital de terceiros da Companhia aumentou de 31 de dezembro de 2019 para 31 de março de 2020 em decorrência, principalmente, de captações de empréstimos e financiamentos para expansão de renovação de frota e equipamentos especiais da Companhia. O aumento do capital próprio nesse período se deu pela aquisição de subsidiária nos Estados Unidos e incorporação de seus resultados.

O total de capital de terceiros da Companhia aumentou de 2018 para 2019 em decorrência de: (i) emissão de debêntures ao final de 2019 com o objetivo do reperfilamento no perfil e prazo de dívidas da Companhia, bem como o capital de giro para as operações; e (ii) aumento dos empréstimos e financiamentos para financiar aquisição de frota e equipamentos especiais da Companhia, utilizados, substancialmente, nos contratos de prestação de serviços, em grandes indústrias, na gestão total de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

resíduos com foco na valorização. Isto é, a Companhia captou recursos de terceiros como forma de financiar a expansão de seus negócios. Por outro lado, o aumento no capital próprio no mesmo período se deve ao maior lucro líquido verificado no exercício de 2019.

O total de capital de terceiros da Companhia aumentou de 2017 para 2018 devido ao maior volume de empréstimos e financiamentos com a finalidade de financiar aquisições de participações de empresas no segmento de Response pela Companhia. O aumento do capital próprio no mesmo período deve-se ao fato de que a Companhia, em 2018, passou a consolidar os resultados da Emergência Participações, o que gerou aumento em seu lucro líquido.

A Companhia acredita que tem condições para cumprir as obrigações assumidas no âmbito de seus endividamentos, o que é acompanhado por meio do índice de alavancagem (dívida líquida/ EBITDA), o qual não pode ultrapassar 2,5x (valor esse máximo acordado com os credores no âmbito de diferentes contratos).

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Índice de Liquidez geral	0,62	0,71	0,65	0,70	0,59
Índice de Liquidez corrente	1,53	1,11	1,72	1,15	1,09

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Para se assegurar disso, a Companhia utiliza dois índices de liquidez: (i) o índice de liquidez geral, que consiste na soma do ativo circulante e ativo de longo prazo, dividido pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante; e (ii) o índice de liquidez corrente, que consiste na divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de março de 2020 eram de 0,62 e 1,53, respectivamente. Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía R\$ 362.079 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures tomados. Nessa mesma data, a Companhia não dispunha de contratos de financiamento cujos desembolsos não tivessem sido realizados integralmente.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de março de 2019 eram de 0,71 e 1,11, respectivamente. Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía R\$ 195.581 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures tomados. Nessa mesma data, a Companhia não dispunha de contratos de financiamento cujos desembolsos não tivessem sido realizados integralmente.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2019 eram de 0,65 e 1,71, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$ 320.682 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures tomados. Nessa mesma data, a Companhia não dispunha de contratos de financiamento cujos desembolsos não tivessem sido realizados integralmente.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2018 eram de 0,70 e 1,15, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 201.110 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures tomados. Nessa mesma data, a Companhia não dispunha de contratos de financiamento cujos desembolsos não tivessem sido realizados integralmente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2017 eram de 0,59 e 1,09, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 108.319 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures tomados. Nessa mesma data, a Companhia não dispunha de contratos de financiamento cujos desembolsos não tivessem sido realizados integralmente.

Ainda, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

### **(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de suas subsidiárias; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Tais financiamentos são utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias, principalmente, para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas subsidiárias são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### **(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

### **(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

#### **(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de março de 2020:

	Consolidado(em R\$ mil)
--	-------------------------

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Modalidade	Encargos financeiros (% a.a.)	Vencimento	31/03/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	11,77	Outubro de 2025	61.628	83.922	47.718	81.508
Financiamento de investimento	11,35	Março de 2025	23.442	83.910	18.720	62.233
Arrendamento mercantil financeiro	8,28	Abril de 2023	3.799	1.144	4.082	1.854
			88.869	168.976	<b>70.520</b>	<b>145.595</b>

Debêntures

Em 28 de outubro de 2019, os membros do Conselho de Administração da Companhia, em assembleia geral extraordinária de acionistas, deliberaram e aprovaram a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Em 7 de novembro de 2019, foram emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil Reais) cada, perfazendo R\$ 100 milhões (cem milhões de reais), com vencimento de 5 anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 7 de novembro de 2024. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI over extra grupo de um dia, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias úteis, a partir da data de liberação até a data de vencimento, bem como spread de 4,75% a.a. O valor da amortização das debêntures será em 36 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida após decorridos 24 meses, contados da data de Emissão.

Capital de Giro

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia firmou, na qualidade de emitente, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., a “Cédula de Crédito Bancário nº 2463/15”, no valor de R\$ 35.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 14 de novembro de 2025, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivo de 3,5% a.a. atrelada à taxa CDI, e paga em 36 parcelas.

Em 05 de dezembro de 2016, a Companhia firmou, por intermédio da Suatrans Emergencia S.A., na qualidade de avalista, junto ao Banco BBM S.A., a “Cédula de Crédito Bancário nº 600.975”, no valor de R\$ 6.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 17 de junho de 2019, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivo de 6% a.a. atrelada à taxa CDI, e paga em 24 parcelas. Após quatro aditivos alterando a data de vencimento da dívida, em 20 de setembro de 2019, foi realizado o 5º aditivo à “Cédula de Crédito Bancário nº 601.208-0”, que repactuou a data do vencimento final da dívida para 20 de setembro de 2021.

Em 13 de novembro de 2017, a Companhia firmou, por intermédio da AMBITEC Soluções Ambientais LTDA., na qualidade de avalista, junto ao Banco BBM S.A., a “Cédula de Crédito Bancário nº 601.208-0”, no valor de R\$ 7.500.000,00. A dívida terá vencimento final em 13 de novembro de 2020, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivo de 7% a.a. atrelada à taxa CDI, e paga em 36 parcelas. Em 15 de julho de 2019, foi realizado o 1º aditivo à “Cédula de Crédito Bancário nº 601.208-0”, que repactuou a data do vencimento final da dívida para 14 de julho de 2021.

Em 05 de junho de 2018, foi firmado junto ao Banco Bradesco S.A., “Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro”, em que a Companhia figura como emitente, no valor de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 6.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 07 de junho de 2021, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetiva de 11,2186% a.a. e pago em 36 parcelas, sendo a primeira devida em 05 de julho de 2018.

Em 06 de julho de 2018, foram firmados junto ao Banco Bradesco S.A. 3 Cédulas de Crédito Bancário, em que a Companhia figura como emitente, sendo elas: (i) a “Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro nº 237/3393/0608 - Alienação de Bens Imóveis – Hipoteca”, no valor de R\$ 7.770.000,00; (ii) a “Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro nº 237/3393/0609 - Alienação de Bens Imóveis – Hipoteca”, no valor de R\$ 7.170.000,00; e (iii) a “Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro nº 237/3393/0610 - Alienação de Bens Imóveis – Hipoteca”, no valor de R\$ 7.960.000,00. As três dívidas terão vencimento final em 07 de julho de 2025, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetiva de 14,0286% a.a. e pago em 32 parcelas, sendo a primeira devida em 06 de agosto de 2018.

Ato contínuo, em 04 de outubro de 2019, a Companhia, na qualidade de avalista, firmou, junto ao Banco Bradesco S.A., a “Cédula de Crédito à Exportação – 201900252”, no valor de R\$ 30.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 09 de outubro de 2025, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 8,61% a.a. e pago em 72 parcelas, sendo a primeira devida em 11 de novembro de 2019.

Ainda, em janeiro de 2020, a Companhia, por sua subsidiária Ambipar Response S.A., firmou contrato de empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Bradesco Europa S.A., no valor de US\$1.203.000,00, a serem corrigidos para a reais conforme a taxa de câmbio de venda divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) na data anterior aos pagamentos. O vencimento final da dívida será em 16 de janeiro de 2021, data do vencimento da última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 3,21% a.a. O pagamento será feito em 12 parcelas mensais sucessivas. Para proteção cambial do empréstimo a controlada Ambipar Response contratou instrumento financeiro derivativo, swap de fluxo de caixa, com Banco Bradesco S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda US\$ mais taxa prefixada de 5,1324% ao ano, pela taxa prefixada de 8,08% ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de swap como garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos.

Em 30 de maio de 2018, a Companhia firmou, por intermédio da AMBITEC Soluções Ambientais LTDA., na qualidade de avalista, junto ao Banco Fibra S.A., a “Cédula de Crédito Bancário - nº CG 0108118”, no valor de R\$ 7.000.000,00. Sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivo de 7,39% a.a. atrelada à taxa CDI, e paga em 22 parcelas. Em 12 de novembro de 2019, foi realizado o 1º aditamento à “Cédula de Crédito Bancário - nº CG 0108118”, que repactuou a data do vencimento final da dívida para 12 de novembro de 2021.

Ainda, em 12 de novembro de 2018, a Companhia firmou, por intermédio da AMBITEC Soluções Ambientais LTDA., na qualidade de avalista, junto ao Banco Fibra S.A., a “Cédula de Crédito Bancário - nº CG 0234818”, no valor de R\$ 6.260.000,00. A dívida terá vencimento final em 12 de novembro de 2021, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivo de 8,86% a.a. atrelada à taxa CDI, e paga em 36 parcelas.

Em 23 de julho de 2019, a Companhia firmou, na qualidade de emitente, junto à Caixa Econômica Federal, a “Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 21.3188.767.0000007-74”, no valor de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 19.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 23 de julho de 2022, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 0,45% a.m. e 100% CDI CETIP, e paga em 36 parcelas.

Em 28 de novembro de 2019, a Companhia firmou, por intermédio da AMBITEC Soluções Ambientais LTDA., junto ao Banco Fibra S.A., a “Cédula de Crédito Bancário - Mútuo - nº 0445/19”, no valor de R\$ 6.500.000,00. A dívida terá vencimento final em 28 de novembro de 2022, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivo de 10,559% a.a. atrelada à taxa CDI, e paga em 36 parcelas. Em 28 de novembro de 2019, foi realizado o 1º aditamento à “Cédula de Crédito Bancário - Mútuo - nº 0445/19”, mas as condições do pagamento não foram alteradas.

Em 06 de março de 2020, a Companhia firmou, na qualidade de emitente, junto à Caixa Econômica Federal, a “Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 21.4278.767.2-96”, no valor de R\$ 13.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 06 de março de 2022, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 0,45% a.m. e 100% CDI CETIP, e paga em 24 parcelas.

Ainda, em 27 de maio de 2020, a Companhia emitiu Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Bradesco BBI S.A., no valor de R\$ 150.000.000,00. A dívida terá vencimento final em 29 de maio de 2025, data do vencimento de sua última parcela, e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 100% CDI e 5,1003% a.a. O contrato é garantido por alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia e de titularidade do acionista controlador (as quais representam, nesta data, 50% (cinquenta por cento) do total do capital social da Companhia) e cessão fiduciária de conta bancária. O contrato deve ser pago antecipadamente na ocorrência de oferta pública inicial de ações da Companhia. A posição de caixa da Companhia, nesta data, comporta o pagamento antecipado desta obrigação, conforme descrito no item 10.9 deste Formulário de Referência.

### **(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

### **(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

### **(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

A Companhia possui contratos de financiamentos de capital de giro e debêntures que contam com determinadas obrigações, inclusive de cumprimento de índices financeiros (*covenants*), em sua maioria



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vinculados ao índice de cumprimento de Dívida Financeira Líquida / EBITDA, que devem ser medidos anualmente, com teto máximo de 2,0x.

Além disso, a Companhia e suas controladas precisam comunicar antecipadamente da realização de: incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária, liquidação, extinção ou dissolução, redução de capital, distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório ou qualquer transferência de ativos da Companhia e suas controladas, bem ajuizamento de pedido de recuperação judicial.

O descumprimento desses covenants poderá sujeitar a Companhia: (i) ao vencimento antecipado dos contratos em que constam; (ii) ao pagamento juros moratórios em valores que variam de 1% a.m. a 15% a.m.; (iii) ao pagamento de multa por moratória que varia de 1% a 10% do valor devido; (iv) ao pagamento das despesas decorrentes da cobrança, judicial ou extrajudicial dos valores em aberto, incluindo o hora/homem de R\$ 250,00 e honorários advocatícios de 10%; (v) pagamento de todos os tributos previstos em lei, decorrentes do descumprimento; (vi) bloqueio de valores em conta corrente e fundos de investimento de sua titularidade; e (vii) consolidação das propriedades móveis e imóveis cedidas fiduciariamente como garantia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e a suas subsidiárias estão, e nos últimos três exercícios sociais estavam, em cumprimento com as suas obrigações contratuais decorrentes dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2020, bem como as demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Por ser uma empresa de participações (holding), as movimentações da Companhia são, principalmente, decorrentes de investimentos, dividendos e de aplicações financeiras.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020.

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

#### **PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2020	AV	31/03/2019	AV	31/03/2020 x 31/03/2019
Receita líquida	142.679	100,0%	108.695	100,0%	31,3%
Custos dos serviços prestados	(108.891)	-76,3%	(87.290)	-80,3%	24,7%
Lucro bruto	33.788	23,7%	21.405	19,7%	57,9%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Despesas gerais e administrativas	(6.704)	-4,7%	(4.288)	-3,9%	56,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	138	0,1%	615	0,6%	-77,6%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	27.222	19,1%	17.732	16,3%	53,5%
Despesas financeiras	(12.340)	-8,7%	(9.534)	-8,8%	29,4%
Receitas financeiras	817	0,6%	526	0,04%	55,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.699	11,0%	8.724	8,0%	80,0%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(1.660)	-1,2%	(892)	-0,8%	86,1%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(3.114)	-2,2%	-	0,0%	-100,0%
Lucro líquido do período	10.925	7,7%	7.832	7,2%	39,5%

***Receita líquida***

Receita líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 142.679 mil comparativamente a R\$ 108.695 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou uma variação de R\$ 33.984 mil ou 31,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (i) *Environment*: crescimento de 20,1% entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020, passando de R\$ 58.144 mil para R\$ 69.823 mil, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão total de resíduos em plantas industriais, principalmente no segmento de Bebidas e Alimentos; e
- (ii) *Response*: crescimento de 44,1% entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020, passando de R\$ 50.551 mil para R\$ 72.856 mil, devido ao aumento de contratos fixos com clientes (aumento das mensalidades recebidas) e, conseqüentemente, ao aumento do número de ocorrências.

***Custos dos serviços prestados***

No período de três meses findo em 31 de março de 2020, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 108.891 mil, uma elevação de 24,7% em comparação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção de máquinas, equipamentos e veículos e custos com materiais utilizados na prestação de serviços, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento.

***Lucro Bruto***

Lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 33.788 mil comparativamente a R\$ 21.405 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou um aumento de R\$ 12.383 mil ou 57,9%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 23,7% e 19,7% da receita líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 6.704 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparadas a R\$ 4.288 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou uma variação de R\$ 2.416 mil ou 56,3%, aumento proporcional ao lucro bruto, justificado, principalmente, pela aquisição da Allied (subsidiária nos Estados Unidos) e consolidação de suas despesas.

***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

As outras receitas operacionais, no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram de R\$ 138 mil comparativamente a R\$ 615 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou uma redução de R\$ 477 mil ou 77,6%, devido, principalmente, à redução dos descontos operacionais concedidos. Outras receitas operacionais representou 0,1% e 0,6% da receita líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

***Resultado operacional antes do resultado financeiro***

No período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 27.222 mil comparativamente a R\$ 17.732 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, aumento de 53,5%, devido aos fatores descritos acima.

***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 11.523 mil, comparativamente a R\$ 9.008 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou uma variação de R\$ 2.515 mil ou 27,9%. Resultado financeiro, líquido representou 8,1% e 8,3% da receita líquida nos períodos de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de juros sobre a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 2.127 mil, comparativamente a zero no período de três meses findo em 31 de março de 2019.

***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 15.699 mil, comparativamente a R\$ 8.724 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou um aumento de R\$ 6.795 mil ou 80,0%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 11,0% e 8,0% da receita líquida nos períodos de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, compensado parcialmente pelo aumento proporcional dos custos para desempenho das atividades das controladas da Companhia.

***Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)***

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 4.774 mil, comparativamente a R\$ 892 mil positivo no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou uma variação de R\$ 3.882 mil. Esta variação significativa da despesa é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento do imposto de renda e

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

contribuição social diferido sobre diferenças temporárias no período de três meses findo em 31 de março de 2020.

***Lucro líquido do período***

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 10.925 mil, comparativamente a R\$ 7.832 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, o que representou um aumento de R\$ 3.093 mil ou 39,5%. Lucro líquido do período representou 7,7%% e 7,2% da receita líquida dos períodos de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Receita líquida	484.385	100,0%	384.516	100,0%	26,0%
Custos dos serviços prestados	(374.870)	-77,4%	(299.867)	-78,0%	25,0%
Lucro bruto	109.515	22,6%	84.649	22,0%	29,4%
Despesas gerais e administrativas	(26.099)	-5,4%	(26.285)	-6,8%	-0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.221	0,3%	(259)	-0,1%	-588,4%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	84.637	17,5%	58.105	15,1%	45,7%
Despesas financeiras	(42.201)	-8,7%	(32.348)	-8,4%	30,5%
Receitas financeiras	2.185	0,5%	6.332	1,6%	-65,5%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.621	9,2%	32.089	8,3%	39,1%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(6.149)	-1,3%	(5.037)	-1,3%	22,1%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(3.004)	-0,6%	12.111	3,1%	-124,8%
Lucro líquido do exercício	35.468	7,3%	39.163	10,2%	-9,4%

***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 484.385 mil comparativamente a R\$ 384.516 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 99.869 mil ou 26,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (iii) *Environment*: crescimento de 13,9% de 2018 para 2019, passando de R\$ 226.310 mil em 2018 para R\$ 257.774 mil em 2019, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão de total de resíduos em plantas industriais, principalmente no segmento de alimentos e bebidas; e
- (iv) *Response*: crescimento de 43,2% de 2018 para 2019, passando de R\$ 158.206 mil em 2018 para R\$ 226.611 mil 2019 e devido ao aumento no número de contratos fixos com clientes, isto é, aumento de contratos celebrados com clientes e no número de ocorrências.

***Custos dos serviços prestados***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 374.870 mil, uma elevação de 25,0% em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e combustíveis, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento.

### ***Lucro Bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 109.515 mil comparativamente a R\$ 84.649 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 24.866 mil ou 29,4%. Lucro bruto representou 22,6% e 22,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas da Companhia eram de R\$ 26.099 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas a R\$ 26.285 mil, mantendo-se, praticamente, estável entre os exercícios.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

As outras receitas operacionais, líquidas da Companhia totalizaram R\$ 1.221 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a despesas operacionais, líquidas de R\$ 259 mil, representando uma variação de 588,4%, devido, principalmente, ao aumento das receitas não operacionais – isto é – não relacionadas ao segmento principal de atuação – das controladas da Companhia, como, por exemplo, descontos obtidos em negociações com fornecedores.

### ***Resultado operacional antes do resultado financeiro***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o resultado operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 84.637 mil, comparado a R\$ 58.105 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumento de 45,7%, devido aos fatores descritos acima.

### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 40.016 mil comparativamente a R\$ 26.016 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 14.000 mil ou 53,8%. Resultado financeiro, líquido representou 8,3% e 6,8% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento significativo no endividamento pela Companhia, para financiar aquisições de frota e equipamentos especiais, como, por exemplo, pela contratação de novos empréstimos e financiamentos ao longo do ano de 2019 e pela emissão de debêntures em novembro de 2019. Cabe ressaltar que, apesar do aumento do endividamento, a Companhia monitora continuamente o perfil com gestão do capital de terceiros e dívida líquida, de modo não comprometer os índices de alavancagem considerado saudável para Companhia.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.621 mil comparativamente a R\$ 32.089 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 12.532 mil ou 39,1%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 9,2% e 8,3% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida,

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

compensado parcialmente pelo aumento proporcional dos custos para desempenho das atividades das controladas da Companhia.

***Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)***

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.153 mil comparativamente a R\$ 7.074 mil positivo no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 16.227 mil ou 229,4%. Esta variação significativa da despesa é atribuída substancialmente à constituição de créditos sobre prejuízos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

***Lucro líquido do exercício***

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 35.468 mil comparativamente a R\$ 39.163 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$ 3.695 mil ou -9,4%. Lucro líquido do exercício representou 7,3% e 10,2% da receita líquida dos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	2018 x 2017
Receita líquida	384.516	100,0%	182.071	100,0%	111,2%
Custos dos serviços prestados	(299.867)	-78,0%	(153.405)	-84,3%	95,5%
Lucro bruto	84.649	22,0%	28.666	15,7%	195,3%
Despesas gerais e administrativas	(26.285)	-6,8%	(14.613)	-8,0%	79,9%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	8.249	4,5%	-100,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(259)	-0,1%	(427)	-0,2%	-39,3%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	58.105	15,1%	21.875	12,0%	165,6%
Despesas financeiras	(32.348)	-8,4%	(19.901)	-10,9%	62,5%
Receitas financeiras	6.332	1,6%	1.223	0,7%	417,7%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.089	8,3%	3.197	1,8%	903,7%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(5.037)	-1,3%	(142)	-0,1%	3447,2%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	12.111	3,1%	2.053	1,1%	489,9%
Lucro líquido do exercício	39.163	10,2%	5.108	2,8%	666,7%

***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 384.516 mil comparativamente a R\$ 182.071 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 202.445 mil ou 111,2%. Este aumento é atribuído substancialmente:

- (i) no segmento *Response*, principalmente, à consolidação integral das operações da Emergência Participações, o que resultou em um acréscimo de receita no montante de R\$ 158.206 mil. Não havia receita líquida aferida nesse segmento em 2017, ao passo que em 2018, a receita líquida foi de R\$ 158.206 mil; e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) no segmento *Environment*, principalmente, ao crescimento de 24,3% em 2018 em comparação a 2017 devido à celebração de novos contratos de gestão de total de resíduos em plantas industriais e coleta de resíduos automotivos, aumentando a geração de receita no âmbito das atividades das controladas da Companhia. A receita líquida do segmento passou de R\$ 182.071 mil em 2017 para R\$ 226.310 mil em 2018.

### ***Custos dos serviços prestados***

No exercício social encerrado em 2018, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 299.867 mil, uma elevação de 95,5% em comparação ao mesmo período de 2017, devido ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção e combustíveis, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento, além da consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial. Para maiores informações sobre a consolidação, vide item 10.3 deste Formulário de Referência.

### ***Lucro Bruto***

Em decorrência do exposto acima, lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 84.649 mil comparativamente a R\$ 28.666 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 55.983 mil ou 195,3%, a variação de R\$ 53.382 mil refere-se, principalmente, (i) à consolidação do lucro da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial e (ii) ao crescimento da operação do segmento *Environment*. O Lucro bruto representou 22,0% e 15,7% da receita líquida no exercício social encerrado em 2018 e 2017, respectivamente.

### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.285 mil comparativamente a R\$ 14.613 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 11.672 mil ou 79,9%. O aumento de R\$ 13.617 mil refere-se, principalmente, à consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial, parcialmente compensado pela redução das despesas gerais e administrativas no segmento *Environment*, devido à redução do quadro administrativo, com ganho de sinergias decorrente da integração da administração da Emergência – recém consolidada – com a administração das empresas que compunham o segmento *Environment*. As Despesas gerais e administrativas representaram 6,8% e 8,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas***

A despesa operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 259 mil, comparada a uma despesa de R\$ 427 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, diminuição de 39,3%, devido, principalmente, à diminuição das receitas não operacionais – isto é – não relacionadas ao segmento principal de atuação – das controladas da Companhia, como, por exemplo, descontos obtidos em negociações com fornecedores.

### ***Resultado operacional antes do resultado financeiro***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em decorrência do exposto acima, o resultado operacional antes do resultado financeiro aumentou 165,6% em 2018 comparado a 2017, passando de R\$ 21.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 58.105 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### *Resultado financeiro, líquido*

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.016 mil comparativamente a R\$ 18.678 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 7.338 mil ou 39,3%. A variação de R\$ 6.346 mil refere-se à consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial e o restante deve-se ao aumento do capital de terceiros na Companhia, isto é, a um maior nível de endividamento para financiar as aquisições de sociedades do segmento Response. Resultado financeiro, líquido representou 6,8% e 10,3% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente.

### *Lucro antes do imposto de renda e contribuição social*

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 32.089 mil comparativamente a R\$ 3.197 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 28.892 mil ou 903,7%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 8,3% e 1,8% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos acima.

### *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de crédito R\$ 7.074 mil comparativamente a de R\$ 1.911 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 5.163 mil. Esta variação significativa da despesa é atribuída substancialmente à constituição de créditos sobre prejuízos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### *Lucro líquido do exercício*

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 39.163 mil comparativamente a R\$ 5.108 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 34.055 mil ou 666,7%. Lucro líquido do exercício representou 10,2% e 2,8% da receita líquida dos exercícios findos em 2018 e 2017, respectivamente.

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2020	AV	31/12/2019	AV	31/03/2020 x 2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>251.599</b>	<b>35,4%</b>	<b>226.260</b>	<b>36,3%</b>	<b>11,2%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	69.205	9,7%	77.639	12,5%	-10,9%
Contas a receber	139.522	19,6%	115.797	18,6%	20,5%
Impostos a recuperar	20.179	2,8%	16.311	2,6%	23,7%
Dividendos a receber	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas antecipadas	4.673	0,7%	-	0,0%	100,0%
Outras contas a receber	18.020	2,5%	16.513	2,7%	9,1%



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Não Circulante</b>	<b>459.050</b>	<b>64,6%</b>	<b>396.362</b>	<b>63,7%</b>	<b>15,8%</b>
Partes relacionadas	-	0,0%	711	0,1%	-100,0%
Contas a receber	4.984	0,7%	5.183	0,8%	-3,8%
Impostos a recuperar	12.595	1,8%	12.558	2,0%	0,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.466	2,0%	15.171	2,4%	-4,6%
Depósitos judiciais	5.844	0,8%	5.519	0,9%	5,9%
Outras contas a receber	4.570	0,6%	4.130	0,7%	10,7%
Investimentos em controladas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	238.029	33,5%	208.314	33,5%	14,3%
Intangível	178.562	25,1%	144.776	23,3%	23,3%
<b>Total do ativo</b>	<b>710.649</b>	<b>100%</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,1%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>164.246</b>	<b>23,1%</b>	<b>131.369</b>	<b>21,1%</b>	<b>25,0%</b>
Empréstimos e financiamentos	88.869	12,5%	70.520	11,3%	26,0%
Debêntures	1.699	0,2%	1.745	0,3%	-2,6%
Fornecedores	16.773	2,4%	19.517	3,1%	-14,1%
Salários e encargos sociais a pagar	20.621	2,9%	19.650	3,2%	4,9%
Impostos a recolher	15.672	2,2%	13.243	2,1%	18,3%
Dividendos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	15.923	2,2%	-	0,0%	100,0%
Outras contas a pagar	4.689	0,7%	6.694	1,1%	-30,0%
<b>Não Circulante</b>	<b>313.153</b>	<b>44,1%</b>	<b>282.256</b>	<b>45,3%</b>	<b>10,9%</b>
Empréstimos e financiamentos	168.976	23,8%	145.595	23,4%	16,1%
Debêntures	102.535	14,4%	102.822	16,5%	-0,3%
Partes relacionadas	-	0,0%	1.197	0,2%	-100,0%
Provisão para contingências	5.874	0,8%	7.432	1,2%	-21,0%
Provisão para perdas com investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Impostos a recolher	15.268	2,1%	15.219	2,4%	0,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.642	0,8%	3.409	0,5%	65,5%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	10.615	1,5%	-	0,0%	100,0%
Outras contas a pagar e provisões diversas	4.243	0,6%	6.582	1,1%	-35,5%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>233.250</b>	<b>32,8%</b>	<b>208.997</b>	<b>33,6%</b>	<b>11,6%</b>
Capital social	69.202	9,7%	69.202	11,1%	0,0%
Reserva de Lucros	123.679	17,4%	125.779	20,2%	-1,7%
Ajuste de avaliação patrimonial	984	0,1%	984	0,2%	0,0%
Ajuste acumulado de conversão	12.542	1,8%	(800)	-0,1%	1.667,8%
Lucro líquido do período	8.649	1,2%	-	0,0%	100%
<b>Atribuível ao controlador</b>	<b>215.056</b>	<b>30,3%</b>	<b>195.165</b>	<b>31,3%</b>	<b>10,2%</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>18.194</b>	<b>2,6%</b>	<b>13.832</b>	<b>2,2%</b>	<b>31,5%</b>
<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>710.649</b>	<b>100,0%</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,1%</b>

**ATIVO***Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalente de caixa da Companhia diminuíram em R\$ 8.434 mil, ou 10,9%, passando de R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 69.205 mil em 31 de março de 2020. O consumo

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do caixa e equivalente de caixa no período é decorrente, principalmente, do aumento no prazo médio de recebimento dos clientes.

### *Contas a receber*

As contas a receber aumentaram em R\$ 23.725 mil, ou 20,5% passando de R\$ 115.797 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 139.522 em 31 de março de 2020, derivado especialmente do aumento no prazo médio dos recebimentos.

### *Despesas antecipadas*

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 4.673 mil, ou 100,0%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020, principalmente, devido aos desembolsos realizados antecipadamente em conexão com o processo da oferta pública inicial de ações da Companhia.

### *Imobilizado*

O imobilizado aumentou em R\$ 29.715 mil, ou 14,3% passando de R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 238.029 mil em 31 de março de 2020. A variação é relacionada principalmente à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

### *Intangível*

O intangível aumentou em R\$ 33.786 mil, ou 23,3% passando de R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 178.562 mil em 31 de março de 2020. O aumento se deve, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada Allied nos Estados Unidos, em janeiro de 2020, no segmento de Response.

## **PASSIVO**

### *Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)*

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 41.730 mil, ou 19,3%, passando de R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 257.845 mil em 31 de março 2020. Esse aumento ocorreu, substancialmente, em função das novas captações de recursos para renovação de frotas no período.

### *Debêntures (Curto e longo prazo)*

O saldo de debêntures diminuiu R\$ 333 mil, passando de R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 104.234 mil em 31 de março de 2020, devido ao pagamento do principal da operação de R\$ 7.000 mil e redução na taxa de juros. As debêntures representam 14,7% e 23,7% do passivo e patrimônio líquido total em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 233.250 mil, em comparação com R\$ 208.997 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 24.253 mil ou 11,6%, refere-se substancialmente ao lucro líquido do período e à conta de ajuste de acumulado de conversão, esta última proveniente do efeito da variação cambial nas investidas no exterior.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>226.260</b>	<b>36,3%</b>	<b>145.409</b>	<b>31,8%</b>	<b>55,6%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	77.639	12,5%	21.834	4,8%	255,6%
Contas a receber	115.797	18,6%	92.405	20,2%	25,3%
Impostos a recuperar	16.311	2,6%	15.607	3,4%	4,5%
Dividendos a receber	-	0,0%	425	0,1%	-100,0%
Despesas antecipadas					
Outras contas a receber	16.513	2,7%	15.138	3,3%	9,1%
<b>Não Circulante</b>	<b>396.362</b>	<b>63,7%</b>	<b>311.883</b>	<b>68,2%</b>	<b>27,1%</b>
Partes relacionadas	711	0,1%	549	0,1%	29,5%
Contas a receber	5.183	0,8%	6.218	1,4%	-16,6%
Impostos a recuperar	12.558	2,0%	20.310	4,4%	-38,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.171	2,4%	14.060	3,1%	7,9%
Depósitos judiciais	5.519	0,9%	4.426	1,0%	24,7%
Outras contas a receber	4.130	0,7%	797	0,2%	418,2%
Investimentos em controladas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	208.314	33,5%	140.956	30,8%	47,8%
Intangível	144.776	23,3%	124.567	27,2%	16,2%
<b>Total do ativo</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>457.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>131.369</b>	<b>21,1%</b>	<b>126.587</b>	<b>27,7%</b>	<b>3,8%</b>
Empréstimos e financiamentos	70.520	11,3%	69.631	15,2%	1,3%
Debêntures	1.745	0,3%	1.247	0,3%	39,9%
Fornecedores	19.517	3,1%	20.154	4,4%	-3,2%
Salários e encargos sociais a pagar	19.650	3,2%	16.282	3,6%	20,7%
Impostos a recolher	13.243	2,1%	17.976	3,9%	-26,3%
Dividendos a pagar	-	0,0%	476	0,1%	-100,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	6.694	1,1%	821	0,2%	715,3%
<b>Não Circulante</b>	<b>282.256</b>	<b>45,3%</b>	<b>149.120</b>	<b>32,6%</b>	<b>89,3%</b>
Empréstimos e financiamentos	145.595	23,4%	122.718	26,8%	18,6%
Debêntures	102.822	16,5%	7.514	1,6%	1268,4%
Partes relacionadas	1.197	0,2%	241	0,1%	396,7%
Provisão para contingências	7.432	1,2%	4.605	1,0%	61,4%
Provisão para perdas com investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Impostos a recolher	15.219	2,4%	8.394	1,8%	81,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.409	0,5%	2.124	0,5%	60,5%
Outras contas a pagar e provisões diversas	6.582	1,1%	3.524	0,8%	86,8%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>208.997</b>	<b>33,6%</b>	<b>181.585</b>	<b>39,7%</b>	<b>15,1%</b>
Capital social	69.202	11,1%	67.192	14,7%	3,0%
Reserva de Lucros	125.779	20,2%	102.805	22,5%	22,3%
Ajuste de avaliação patrimonial	984	0,2%	-	0,0%	0,0%
Ajuste acumulado de conversão	(800)	-0,1%	975	0,2%	-182,1%
<b>Atribuível ao controlador</b>	<b>195.165</b>	<b>31,3%</b>	<b>170.972</b>	<b>37,4%</b>	<b>14,2%</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>13.832</b>	<b>2,2%</b>	<b>10.613</b>	<b>2,3%</b>	<b>30,3%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>622.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>457.295</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>
--	----------------	---------------	----------------	---------------	--------------

**ATIVO*****Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 55.805 mil passando de R\$ 21.834 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019. O saldo final do caixa e equivalente de caixa é decorrente das captações efetivadas no período, parcialmente compensado por uma utilização do fluxo de caixa nas atividades de investimentos.

***Contas a receber***

As contas a receber aumentaram em R\$ 23.392 mil, ou 25,3% passando de R\$ 92.405 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 115.797 mil em 31 de dezembro de 2019, derivado especialmente do aumento das receitas operacionais, e aumento no prazo médio de recebimento.

***Imobilizado***

O imobilizado aumentou em R\$ 67.358 mil, ou 47,8% passando de R\$ 140.956 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada principalmente à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

***Intangível***

O intangível aumentou em R\$ 20.209 mil, ou 16,2% passando de R\$ 124.567 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada ATMO e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

**PASSIVO*****Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 23.766 mil, ou 12,4%, passando de R\$ 192.349 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro 2019. Esse aumento ocorreu em função das novas captações para renovação de frotas no período.

***Debêntures (Curto e longo prazo)***

O saldo de debêntures aumentou R\$ 95.806 mil, passando de R\$ 8.761 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro 2019. Esse aumento ocorreu em função de nova emissão, no valor de R\$ 100.000 mil, com prazo de 5 anos, sendo 24 meses de carência e 36 meses para pagamento do principal.

**Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 208.997 mil, em comparação com R\$ 181.585 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$ 27.412 mil ou 15,1%, refere-se substancialmente ao lucro do período.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>2018 x 2017</b>
-------------------------------	-------------------	-----------	-------------------	-----------	--------------------

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>145.409</b>	<b>31,8%</b>	<b>61.903</b>	<b>22,2%</b>	<b>134,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	21.834	4,8%	27.205	9,8%	-19,7%
Contas a receber	92.405	20,2%	22.141	8,0%	317,3%
Impostos a recuperar	15.607	3,4%	7.279	2,6%	114,4%
Dividendos a receber	425	0,1%	-	0,0%	100,0%
Despesas antecipadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	15.138	3,3%	5.278	1,9%	186,8%
<b>Não Circulante</b>	<b>311.883</b>	<b>68,2%</b>	<b>216.332</b>	<b>77,8%</b>	<b>44,2%</b>
Partes relacionadas	549	0,1%	-	0,0%	100,0%
Contas a receber	6.218	1,4%	5.369	1,9%	15,8%
Impostos a recuperar	20.310	4,4%	8.915	3,2%	127,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.060	3,1%	1.520	0,5%	825,0%
Depósitos judiciais	4.426	1,0%	4.345	1,6%	1,9%
Outras contas a receber	797	0,2%	-	0,0%	100,0%
Investimentos em controladas	-	0,0%	18.393	6,6%	-100,0%
Imobilizado	140.956	30,8%	116.578	41,9%	20,9%
Intangível	124.567	27,2%	61.212	22,0%	103,5%
<b>Total do ativo</b>	<b>457.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>278.235</b>	<b>100,0%</b>	<b>64,4%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>126.587</b>	<b>27,7%</b>	<b>56.715</b>	<b>20,4%</b>	<b>123,2%</b>
Empréstimos e financiamentos	69.631	15,2%	38.776	13,9%	79,6%
Debêntures	1.247	0,3%	-	0,0%	100,0%
Fornecedores	20.154	4,4%	4.599	1,7%	338,2%
Salários e encargos sociais a pagar	16.282	3,6%	8.289	3,0%	96,4%
Impostos a recolher	17.976	3,9%	3.169	1,1%	467,2%
Dividendos a pagar	476	0,1%	476	0,2%	0,0%
Outras contas a pagar	821	0,2%	1.406	0,5%	-41,6%
<b>Não Circulante</b>	<b>149.120</b>	<b>32,6%</b>	<b>81.526</b>	<b>29,3%</b>	<b>82,9%</b>
Empréstimos e financiamentos	122.718	26,8%	60.726	21,8%	102,1%
Debêntures	7.514	1,6%	8.817	3,2%	-14,8%
Impostos a recolher	8.394	1,8%	5.063	1,8%	65,8%
Partes Relacionadas	241	0,1%	2.948	1,1%	-91,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.124	0,5%	-	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	4.605	1,0%	3.235	1,2%	42,3%
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.524	0,8%	737	0,3%	378,2%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>181.585</b>	<b>39,7%</b>	<b>139.994</b>	<b>50,3%</b>	<b>29,7%</b>
Capital social	67.192	14,7%	67.192	24,1%	0,0%
Reserva de Lucros	102.805	22,5%	71.896	25,8%	43,0%
Ajuste acumulado de conversão	975	0,2%	901	0,3%	8,2%
<b>Atribuível ao controlador</b>	<b>170.972</b>	<b>37,4%</b>	<b>139.989</b>	<b>50,3%</b>	<b>22,1%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>10.613</b>	<b>2,3%</b>	<b>5</b>	<b>0,0%</b>	<b>212.160,0%</b>
<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>457.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>278.235</b>	<b>100,0%</b>	<b>64,4%</b>

**ATIVO*****Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalente de caixa da Companhia reduziu em R\$ 5.371 mil passando de R\$ 27.205 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 21.834 mil em 31 de dezembro de 2018. Consumido substancialmente nas atividades de investimentos.

***Contas a receber***

As contas a receber aumentaram em R\$ 70.264 mil, ou 317,3% passando de R\$ 22.141 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 92.405 mil em 31 de dezembro de 2018, derivado especialmente do aumento das receitas operacionais, e aquisição do controle da Emergência Participações.

***Imobilizado***

O imobilizado aumentou em R\$ 24.378 mil, ou 20,9% passando de R\$ 116.578 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 140.956 mil em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada, principalmente, à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

***Intangível***

O intangível aumentou em R\$ 63.355 mil, ou 103,5% passando de R\$ 61.212 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 124.567 mil em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada WGRA e Emergência Participações e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

***Investimentos em controladas***

O investimento em controladas reduziu a zero de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018. A variação é devido à aquisição de controle da Emergência Participações em 2018, passando a Companhia a consolidar seus resultados.

**PASSIVO*****Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 92.847 mil, ou 93,3%, passando de R\$ 99.502 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 192.349 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu em função das novas captações para renovação de frotas e aquisição das companhias no segmento Response.

**Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 181.585 mil, em comparação com R\$ 139.994 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R\$ 41.591 mil ou 29,7%, refere-se substancialmente ao lucro do período.

**FLUXO DE CAIXA**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020 x 31/03/2019
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(3.080)	13.862	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.438)	(21.928)	<b>70,6%</b>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.084	960	<b>12,9%</b>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(8.434)	(7.106)	

***Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais***

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.080 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a geração de R\$ 13.862 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019. Esse consumo de R\$ 16.942 mil, ou 122,1%, é justificado substancialmente pelo: (i) aumento no prazo médio de recebimento do contas a receber, devido à negociação, mediante solicitação dos clientes da Companhia; e (ii) aumento de pagamento aos fornecedores, devido à negociação e estratégia da gestão do caixa operacional.

***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 6.438 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a R\$ 21.928 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, essa redução de 70,6% é atribuída, principalmente, ao menor dispêndio de caixa na aquisição de bens do ativo imobilizado intangível no período findo em 31 de março de 2020, quando concluímos a aquisição da Allied Internacional Emergency, LLC, no Texas, Estados Unidos.

***Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento***

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 1.084 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 960 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, mantendo-se, praticamente, estável, devido a um pequeno aumento de novos empréstimos e financiamentos e, em contraparte, uma pequena redução de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	31/12/2018	2019 x 2018
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	72.999	45.574	<b>60,2%</b>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(78.421)	(87.107)	<b>(10,0)%</b>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	61.227	36.162	<b>69,3%</b>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	55.805	(5.371)	



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 72.999 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 45.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 27.425 mil, ou 60,2%, é justificado substancialmente pelo aumento na geração operacional de caixa, devido (i) ao maior número de contratos celebrados pelas controladas da Companhia com clientes nos segmentos Environment e Response e (ii) ao aumento do número de bases no segmento Response.

***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 78.421 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 87.107 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de 10,0% é justificada principalmente pelo menor volume de aquisições realizadas em 2019 quando comparado a 2018 (ano no qual foram adquiridas participações em sociedades que atuam no segmento Response). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve um dispêndio principalmente com a expansão e renovação das frotas (caminhões, viaturas) e equipamentos especiais (aumento do número e adequação das bases), ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o dispêndio foi substancialmente pelas aquisições de participação societária descritas acima no segmento Response.

***Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento***

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 61.227 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 36.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 25.065 mil, ou 69,3%, é justificado substancialmente pela primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, parcialmente compensado pelo pagamento concomitante de empréstimos e financiamentos (cédulas de crédito bancário), no âmbito do reperfilamento da dívida da Companhia.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2018	31/12/2017	2018 x 2017
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	45.574	12.491	<b>264,9%</b>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(87.107)	(399)	<b>(21.731,3)%</b>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	36.162	3.348	<b>980,1%</b>
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.371)	15.440	

***Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 45.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 12.491 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 33.083 mil, ou 264,9%, é justificado, substancialmente, pelo aumento na geração operacional de caixa, devido (i) ao maior número de contratos celebrados pelas controladas da Companhia com clientes nos segmentos Environment e Response e (ii) ao aumento do



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

número de bases no segmento Response. Adicionalmente, em 2018, houve a aquisição de controle da Emergência Participações em 2018, passando a Companhia a consolidar seus resultados.

***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 87.107 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 399 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação de 21.731,3% é justificada pelo maior número de aquisições de participações societárias em empresas que atuam no segmento Response, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado a 2017.

***Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento***

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 36.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 3.348 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 32.814 mil, ou 980,1%, é justificado substancialmente pela captação de empréstimos e financiamentos (cédulas de crédito bancário) para suportar as aquisições de participação societárias.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 - Resultado operacional e financeiro****(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os principais componentes da receita consolidada da Companhia, nos três últimos exercícios sociais e nos períodos de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2020, estão descritos abaixo:

(em R\$ mil)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Receita bruta de prestação de serviços	163.289	124.346	556.517	447.939	209.665
Cancelamentos	(1.474)	(377)	(3.123)	(2.431)	(918)
Impostos incidentes	(19.136)	(15.274)	(69.009)	(60.992)	(26.676)
Receita operacional líquida	<b>142.679</b>	<b>108.695</b>	<b>484.385</b>	<b>384.516</b>	<b>182.071</b>

- Receita Bruta de Prestação de Serviços: Consiste na receita advinda da prestação de serviços pelas controladas da Companhia nos segmentos de Environment e Response.
- Cancelamentos: Consiste no cancelamento de notas fiscais pela Companhia após o período da prestação de serviços, motivado, principalmente, por faturamento fora do prazo, de acordo com as políticas internas do cliente.
- Impostos Incidentes: Consiste nos impostos aplicáveis ao valor devido pela prestação de serviços das controladas da Companhia.

Adicionalmente, a receita bruta de prestação de serviços da Companhia é composta da receita bruta de prestação de serviços do segmento Response e a receita bruta de prestação de serviços do segmento Environment, conforme descrito abaixo:

(em R\$ mil)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Receita bruta de prestação de serviços - Segmento Response	82.316	57.874	259.695	187.376	-
Receita bruta de prestação de serviços - Segmento Environment	80.973	66.472	296.822	260.563	209.665
Receita bruta de prestação de serviços	<b>163.289</b>	<b>124.346</b>	<b>556.517</b>	<b>447.939</b>	<b>209.665</b>

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

Uma vez que a Companhia exerce a maior parte das suas atividades no Brasil, os seus resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira, assim como os resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira de seus clientes, podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil.

O quadro abaixo apresenta determinados indicadores econômicos para os períodos a seguir indicados:

	1T2020 (31 de março de 2020)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
<b>Despesas Comerciais</b>				
Produto Interno Bruto	0.9%	1,14%	1,12%	1,06%
Inflação (deflação) (IGP-M)	4.13%	7,30%	7,54%	-0,52%
Inflação (IPCA) <sup>(2)</sup>	2.94%	4,31%	3,75%	2,94%
Taxa interbancária – CDI <sup>(3)</sup>	3.50%	4,40%	6,40%	6,89%
Taxa de câmbio ao final do período U.S.\$1.00	R\$5,1981	R\$4,0307	R\$3,8748	R\$3,3080
Taxa de câmbio média U.S.\$1.00	R\$4,9331	R\$3,9465	R\$3,6573	R\$3,1922
Valorização (depreciação) do real perante o dólar americano <sup>(4)</sup>	-2,1%	-3,9%	-14,6%	-1,5%

**Fontes: IBGE, Banco Central, B3 e FGV.**

- (1) Considera projeção do Banco Central do Brasil (média).  
 (2) O IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado durante cada período).  
 (3) A taxa de CDI refere-se à taxa média de empréstimos interbancários overnight no Brasil, anualizada no último dia do período correspondente (utilizando a taxa acumulada).  
 (4) Comparando a taxa de câmbio PTAX (a taxa calculada pelo Banco Central) ao término do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período em discussão. PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares americanos na data especificada no mercado interbancário de câmbio.

O principal fator que afeta o resultado da Companhia são os índices de inflação atrelado ao preço dos insumos e de recomposição salarial da categoria, afetando diretamente os custos diretos na prestação dos serviços. Além disso, como parte de nossas atividades é desenvolvida no exterior, somos afetados pela variação cambial do peso chileno e da libra esterlina.

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia estão sujeitas a reajustes anuais conforme variação dos índices de inflação para manter o equilíbrio das condições econômicas financeiras de seus contratos. A seguir, é apresentado quadro ilustrativo dos principais índices contratados:

Índice	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado Emissores 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
IPCA	0,0%	1,5%	4,31%	3,75%	2,95%
Dissídio*	-	-	4,50%	3,00%	7,00%

(\*) Refere-se a média do reajuste aplicado para categoria profissional em relação a mão de obra alocada no contrato de prestação de serviço.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Algumas categorias de custos e insumos estão sujeitas a variação de preços, como, por exemplo, mão-de-obra, combustível, equipamentos e materiais diversos aplicados na operação, embora não seja possível quantificar seus impactos no resultado da Companhia.

Não houve, em decorrência da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros, impacto no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia entre 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Em janeiro de 2018, a Companhia adquiriu complementarmente 49% da participação da Emergência Participações, passando a ser a controladora dos negócios e operações da Emergência no Brasil e no exterior. Para melhor análise das variações do ano de 2018 com relação ao ano de 2017, apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros do investimento relevante na controlada Emergência Participações e suas controladas em 2017:

<i>(em R\$ mil)</i>	<b>Consolidado Emergência</b>
Valor total do ativo	93.704
Valor total do passivo	48.009
Valor do Patrimônio Líquido atribuível ao controlador	36.068
Valor do Patrimônio Líquido atribuível ao não controlador	10.308
Receita líquida de vendas e serviços nacionais	168.824
Custos e despesas	(133.331)
Receitas financeiras	911
Despesas financeiras	(4.929)
Depreciações e amortizações	(5.618)
Outras receitas operacionais líquidas	422
Equivalência patrimonial	(1.226)
Despesa ou receita com impostos de renda e contribuição social	(9.606)
Lucro operacional	34.689

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Além das aquisições/alienações de participação societária descritas nos itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência, não há outras operações desse tipo que tenham tido efeitos relevantes para a Companhia. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10 deste Formulário de Referência.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06(R2)**

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo.

Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

	<b>Valor</b>
(em R\$ mil)	
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>6.030</b>
<b>Passivo circulante</b>	
Passivo de arrendamento	2.276
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(120)
<b>Passivo não circulante</b>	
Passivo de arrendamento	5.121
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(1.247)
<b>Total passivo</b>	<b>6.030</b>

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo simplificado conforme facultado pela norma.

**IFRIC 23/ICPC 22**

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a Companhia deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames, e concluiu que não há impactos significativos.

*Outros pronunciamentos e interpretações*

Além das alterações das práticas contábeis descritas acima, não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

O relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 foi emitido sem ressalva e com a seguinte ênfase:

*Reapresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas*

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.29 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que descreve a reapresentação dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em virtude de aprimoramento de divulgação em notas explicativas. Este relatório substitui o originalmente emitido em 27 de abril de 2020, sem modificação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Diretoria da Companhia elabora suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Contudo, é necessário a aplicação de estimativas contábeis críticas e julgamentos da Diretoria da Companhia no processo de adoção dessas práticas. Dessa forma, evidenciamos a seguir as premissas que podem ser afetadas por tais estimativas.

#### *Uso de estimativas contábeis e julgamento*

A elaboração de informações contábeis intermediárias e demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que impacta a determinação dos valores das linhas ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências, e pode ser revista, caso a estimativa seja questionada ou outra estimativa seja considerada mais adequada.

#### *Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado*

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que há o reconhecimento da perda por imparidade ao resultado.

#### *Investimentos em controladas*

Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são classificados na rubrica



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

“Ajuste acumulado de conversão – patrimônio líquido”. A realização ocorre quando a baixa, alienação, recebimento de dividendos desses investimentos.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que a Companhia consolida o resultado líquido das participações societárias detidas em empresas do grupo.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Item não aplicável, uma vez que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Item não aplicável, uma vez que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Item não aplicável, uma vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e nas informações financeiras trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### (a) Investimentos

##### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 31 de março de 2020, os investimentos em andamento da Companhia referiam-se, principalmente, à mobilização de contrato de gestão total de resíduos, isto é, a celebração de novos instrumentos com parceiros estratégicos no gerenciamento de resíduos, desde a sua disposição a sua valorização. O valor total investido em imobilizado e intangível em 31 de março de 2020 era de R\$ 68.085 mil.

A Companhia tem como plano de negócios para o exercício corrente e os próximos, o investimento: (a) na expansão orgânica, por meio da implantação de novas bases operacionais e escritórios comerciais, com o objetivo de diminuir o tempo de atendimento a chamadas de emergência a 2 a 4 horas em todas as regiões do Brasil (R\$ 116,0 milhões); e (b) na aquisição de sociedades, no Brasil e no exterior, que atuam nos segmentos Environment e/ou Response (R\$ 541,5 milhões). Os valores aqui informados refletem o valor estimado de recursos a serem recebidos pela Companhia no âmbito de sua oferta pública inicial de ações, considerando o preço médio da faixa indicativa informado no Prospecto Preliminar.

##### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com duas fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia e (ii) linhas de financiamento de longo prazo.

Para consecução dos investimentos previstos descritos acima, a Companhia conta, além das duas fontes referidas anteriormente, com os recursos advindos da parcela primária de eventual oferta pública inicial de distribuição de ações.

##### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de março de 2020, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

##### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 31 de março de 2020, a Companhia não havia adquirido plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que fossem influenciar materialmente sua capacidade produtiva. Não obstante, a Companhia e suas controladas investem constantemente em Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento, bem como em estudos e atualizações em novas tecnologias, uma vez que acredita que tais investimentos sejam capazes de alavancar os negócios da Companhia.

#### (c) Novos produtos e serviços:

A Companhia tem desenvolvido, no âmbito de seu projeto de investimento em pesquisa, inovação e desenvolvimento, alguns produtos desenvolvidos na valorização de resíduos, dentre os quais destacam-se: (i) Ecosolo – condicionador de solo; e (ii) Ecobase – artefatos cimentícios.

##### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Nos últimos 3 anos e no período de três meses findo em 31 de março de 2020, houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Nos últimos 3 anos e no período de três meses findo em 31 de março de 2020, houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### **IMPACTOS DA COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS E MEDIDAS TOMADAS**

As nossas informações trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 não refletem completamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez. Esperamos que tais impactos possam ser mensurados de forma mais acurada a partir das nossas informações financeiras trimestrais referentes ao segundo trimestre de 2020. Na data deste Formulário de Referência, não é possível mensurar a completa extensão dos impactos da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, tampouco é possível assegurar que não haverá impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia.

Não obstante, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2020, assim como até a presente data, não houve descontinuidade ou diminuição significativa no curso normal dos negócios da Companhia, redução significativa das receitas dos nossos negócios, nem qualquer falha no cumprimento de pagamento dos acordos já firmados com os nossos clientes. A queda da prestação de serviços no segmento Environment verificada no mês de abril foi compensada pela maior atividade do segmento Response, especialmente no que tange à descontaminação de lugares. Durante o mês de maio, houve maior volume de prestação de serviços no segmento Environment, com a celebração de novos contratos pela Companhia, o que se somou à atividade do segmento Response, para descontaminação de lugares, como mencionado acima.

A Administração da Companhia e suas controladas entende que se a duração da curva de contágio da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongar no tempo deverá haver uma desaceleração natural da economia dos países em que atuamos, assim poderemos eventualmente ser procurados por nossos clientes para renegociação dos contratos existentes, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível aumento de inadimplência, e a possibilidade de ter seus ativos imobilizados ociosos e sem a devida liquidez, reflexos que poderão também impactar nossa receita, o resultado das nossas operações, os nossos negócios e a nossa condição financeira, fluxo de caixa e endividamento. No entanto, não houve, até a data deste Formulário de Referência, renegociação material de contratos com os nossos clientes, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam acarretar a perda dos nossos clientes e, conseqüentemente, impactar negativamente nossa receita.

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, avaliamos continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Diante dessa realidade, para fins de reforço de nosso caixa, efetuamos captações e renovações de nosso capital de giro com instituições financeiras, buscando: (a) enfrentar qualquer demanda de caixa

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

que possa ocorrer e não esteja, atualmente, prevista, bem como (b) estar preparados para as oportunidades de mercado de aquisições e outras transações que possam surgir. Nesse sentido, em 31 de março de 2020, e 30 de abril de 2020, respectivamente, tínhamos R\$ 69.205 mil e R\$ 69.899 mil em caixa e equivalentes de caixa imediatamente disponíveis. Adicionalmente, a Companhia captou, em 27 de maio de 2020, por meio de uma cédula de crédito bancário, R\$ 150 milhões para fortalecimento de seu caixa durante o período da pandemia. Assim, em 31 de maio de 2020, tínhamos, aproximadamente, R\$ 210.814 mil em caixa e equivalentes de caixa imediatamente disponíveis.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2020, diante da situação do seu caixa e equivalentes de caixa imediatamente disponíveis, a Administração da Companhia não vislumbra dificuldades em relação ao cumprimento dos compromissos financeiros assumidos, bem como na capacidade de captar novos recursos. Adicionalmente, a Companhia pretende utilizar (i) sua geração de caixa e (ii) linhas de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras para cobertura de eventuais deficiências de liquidez, não tendo sido verificado, até o momento, dificuldades de acesso a crédito junto a instituições financeiras para esse fim.

Apesar de as nossas informações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 ainda não terem sido finalizadas, revisadas por nossos auditores independentes, formalmente emitidas e, conseqüentemente, divulgadas (estando, portanto, sujeitas a alterações relevantes), no intuito de transmitir maior transparência ao investidor com relação aos impactos da pandemia da COVID-19 em nossos negócios e resultados operacionais relativos ao segundo trimestre de 2020, indicamos abaixo dados de conhecimento da nossa administração na data deste Formulário de Referência:

Acompanhamos continuamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, e, ainda que com algumas limitações, impacto da pandemia da COVID-19 em nossas atividades. Até o mês de abril de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, tivemos aumento de, aproximadamente, 44% em nossa Receita Líquida. Até o mês de maio de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, tivemos um aumento de, aproximadamente, 40% em nossa Receita Líquida. Apesar de ainda não possuir informações finalizadas sobre a receita de junho de 2020 na data deste Formulário de Referência, a nossa administração acredita que a nossa receita líquida referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não será impactada negativamente pela pandemia.

Destaca-se que, por configurarem estimativas preliminares baseadas em nossos controles internos, tais informações podem sofrer alterações materiais decorrentes da revisão final pelos auditores no momento da emissão do relatório trimestral referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020.

Nossas principais necessidades de caixa contínuas para o resto de 2020 são em relação ao aumento no prazo médio de recebimento de contas a receber, capital de giro em novos contratos no segmento Environment, ampliação das bases no segmento Response, bem como ao posicionamento da Companhia em relação a oportunidades de mercado de aquisições e outras transações. Acreditamos que nossos fluxos de caixa operacionais futuros serão suficientes para atender às nossas necessidades futuras de caixa operacional, de investimento e de dividendos no futuro próximo e que as medidas de

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

economia de custos descritas abaixo fortaleceram nossa capacidade de suportar o impacto adverso da pandemia da COVID-19.

Sem prejuízo dessa análise, para maior transparência ao investidor, abaixo, apresentamos os impactos da COVID-19 verificados até a data deste Formulário de Referência em cada um de nossos segmentos, bem como as medidas que tomamos diante da pandemia:

### ***Impactos nos Segmentos Operacionais***

#### Segmento Response

No segmento de resposta a emergências, a Companhia tem como estratégia o investimento em pesquisas, equipamentos, materiais e treinamentos de sua equipe técnica, operacional e comercial para ações de desinfecção de ambientes contaminados por agentes virais. Dessa forma, com a pandemia causada pela COVID-19, a Companhia buscou reagir às demandas de clientes para a descontaminação de ambientes e veículos, o que gerou o aumento do número de contratos e o número de atendimentos “spot” a clientes para prestação de serviço de assistência a situações emergenciais.

#### Segmento Environment

No segmento de gestão e valorização de resíduos, como a principal atuação da Companhia está concentrada na instalação de base operacional em seus clientes, caso a duração da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongue no tempo, com a permanência do fechamento das empresas e fábricas, deverá haver uma desaceleração natural da economia, o que poderá fazer com que nossos clientes queiram renegociar ou rescindir os contratos existentes. Essa renegociação de contratos poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia para o exercício corrente, especialmente devido: (i) ao aumento da inadimplência dos clientes; e (ii) à possibilidade de os ativos imobilizados da Companhia ficarem ociosos, sem a devida liquidez, o que será refletido nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. Contudo, até o presente momento, não houve renegociação material de contratos com os nossos clientes, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam acarretar a perda dos nossos clientes.

### ***Comitê de Contingência***

Desde o início da pandemia, tomamos e continuamos a tomar medidas proativas para gerenciar qualquer interrupção ou potencial interrupção em nossos negócios. Nesse sentido, em março de 2020, instalamos um Comitê de Contingência, que está atuando frente aos possíveis impactos em nossas operações da COVID-19, reunindo-se periodicamente para tomar as decisões necessárias visando, principalmente, a cuidar da saúde de todos nossos colaboradores. As decisões tomadas são reavaliadas constantemente, de acordo com o desenrolar dos fatos, determinações e orientações das autoridades competentes.

### ***Produtos Inovadores***

Desde abril de 2020 passamos a comercializar e alugar para diferentes empresas, um produto inovador chamado de “túnel de descontaminação”. O túnel funciona por meio de uma centrifugação à base de ozônio, gerado em contato com o oxigênio, e água.



## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Adicionalmente, estamos trabalhando na produção de uma máscara de grafeno, a qual consegue filtrar 99,9% dos aerossóis e tem vida útil de 24h, com eficácia superior às máscaras comuns (que tem vida útil de 8h de uso e 95% de capacidade de filtragem).

### *Outras Medidas Tomadas*

Ressaltamos que a Companhia e suas controladas têm seguido, na prestação dos nossos serviços pelas nossas unidades de negócio, as recomendações de saúde pública e de apoio às remediações dos impactos da pandemia da COVID-19, na medida em que prestamos serviços essenciais de contenção de risco e desinfecção de ambientes comerciais, industriais e administrativos.

Dessa forma, adotamos as seguintes medidas:

### *Saúde e Segurança*

- Adoção de regime de rotação para o trabalho de seus funcionários (60% trabalhando em nossa sede de Nova Odessa e 40% em regime de teletrabalho);
- Disponibilização de álcool em gel para todos os seus funcionários além da instalação de totens de álcool em gel nas unidades da Companhia;
- Instalação de túnel de descontaminação e medição de temperatura dos funcionários na entrada da unidade operacional da Companhia;
- Disponibilização de máscaras descartáveis a cada 4h para os funcionários que estão atuando *in loco*; e
- Disponibilização de consultas médicas virtuais para cada funcionário todos os dias da semana.

### *Recursos Humanos*

- Não dispensamos nenhum funcionário, tampouco reduzimos a carga horária;
- *Excellence Daily Dialogue*: promovemos, diariamente, conversas com os funcionários para assegurar as melhores práticas de saúde;
- Envio diário de e-mails e vídeos institucionais para reforçar a necessidade de adoção de protocolos de higiene e outras medidas de saúde; e
- Participação em campanhas sociais e doações, especialmente para a comunidade de Nova Odessa.

Para mais informações relacionadas sobre riscos relacionados à COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.